

OS EQUIPAMENTOS DE LAZER COMO CENÁRIOS DAS EXPERIÊNCIAS E DAS ATIVIDADES NO TEMPO LIVRE

Luiz Wilson Pina¹

Membro do GIEL, Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer, USP-Leste
São Paulo, SP, Brasil

RESUMO: Aprofundam-se e ampliam-se as análises e as discussões sobre a cidade e o lazer, e sobre os espaços de lazer na cidade. Considerando que a cidade é o grande cenário para as experiências de lazer no século 21, cresce a importância dos Equipamentos de Lazer, e do seu desenvolvimento conceitual. Com base nas categorias da Percepção, de Jun Okamoto, e das definições de lugar e não-lugar, de Marc Augé, o texto propõe algumas orientações e sugestões técnicas para o planejamento dos Equipamentos de Lazer no Brasil.

Palavras-chave: Lazer. Espaços. Equipamentos de lazer.

LEISURE FACILITIES AS STAGES FOR EXPERIENCES AND FREE-TIME ACTIVITIES

ABSTRACT: The analysis and discussions about leisure and the city as well as urban leisure facilities have become deeper and more numerous. If the city is the great stage for social leisure experiences, stresses the importance of the leisure facilities. Based on the categories of perception by Jun Okamoto, and places and non-places by Marc Augé, this text proposes some technical orientations for planning and designing the leisure facilities in Brazil.

Keywords: Leisure. Spaces. Leisure Facilities.

LAS INSTACIONES PARA EL OCIO COMO ESCENARIOS PARA LAS EXPERIENCIAS Y ACTIVIDADES DEL TIEMPO LIBRE

RESUMEN: Los análisis y las discusiones sobre el ocio y la ciudad, así como también sobre los espacios urbanos para el ocio se han vuelto más profundas y numerosas. Si la ciudad es el gran escenario para las experiencias de ocio, crece la importancia de las instalaciones. Basado en las categorías de percepción de Jun Okamoto, y de lugar y no-lugar de Marc Augé, el texto propone algunas orientaciones técnicas en la planificación y el diseño de las instalaciones para el ocio en Brasil.

¹ Economista, Especialista em Lazer e Recreação, em Elaboração e Avaliação de Projetos e em Gestão Ambiental, Mestre em Lazer e Recreação e em Educação Ambiental. Atuou na Assessoria de Planejamento do Sesc de São Paulo de 1977 a 2003, participando dos grupos de trabalho que planejaram os Equipamentos de Lazer daquela organização, e na Assessoria de Planejamento do Sesc Rio de Janeiro, de 2004 a 2011. Autor do livro "Planejamento de Equipamentos de Lazer", Editora Perse, 2014.

Palabras-clave: Ocio. Espacios. Instalaciones.

A cidade e os espaços de lazer. Os espaços de lazer e a cidade

Bela tarde ensolarada e de clima ameno no inverno de 2017 (dia 26 de agosto) em São Paulo, Capital. Em um dos principais parques da cidade, na Zona Oeste, uma das alamedas de passeio é percorrida por dois adultos, uma senhora e um jovem, que acompanham um garoto; com dois anos e nove meses de idade, o qual está andando em sua moto de brinquedo, sem pedais ou motor, impulsionando-a com o rápido movimento de suas pernas; na cabeça um capacete de proteção. Uma cena comum naquele parque. Mas o diferencial é a alegria do menino: dá voltas e mais voltas, rindo sempre, e não se contenta em percorrer um pequeno trecho, apoia rápida e firmemente os pés no chão para ir mais depressa e mais longe na alameda, obrigando os dois adultos a correr atrás. Sim, concorda-se que é um exemplo isolado, de uma única pessoa que usufrui de um espaço de lazer; ou melhor, três pessoas, pois os dois adultos também se divertem, e muito. Mas que ressalta com muita propriedade a importância dos equipamentos de lazer para a qualidade de vida de uma população ou de uma sociedade: espaço amplo, aberto, arborizado, horizonte visível em todas as direções, temperatura vários graus a menos do que as avenidas de asfalto que circundam o parque, e, aparente no comportamento daquelas pessoas tão diferentes entre si, a mesma sensação de liberdade e de alegria de viver. Como seria bom, ponderariam certamente inúmeros paulistanos, se tivéssemos mais parques como esse. E se todas as crianças pudessem ter as mesmas oportunidades.

Outro momento, outro local, outra situação. Em julho de 2015, às 13h38, a ampla e arejada Área de Convivência do Sesc Belenzinho, uma das mais importantes unidades do Serviço Social do Comércio de São Paulo, estava ocupada por exatamente quarenta e seis pessoas: doze falavam ao celular ou manejavam *tablets*; quatro estavam com *notebooks*; onze pessoas conversavam, aos pares ou em pequenos grupos; duas pessoas cochilavam nas macias poltronas disponíveis; seis pessoas liam, livros, revistas ou jornais; nove pessoas simplesmente nada faziam, apenas contemplavam o ambiente e o movimento; duas pessoas escutavam música. Parte delas aproveitava a hora do almoço para descansar ou se entreter; outras aguardavam o início de alguma atividade que frequentavam naquela unidade; e outras estavam lá apenas pelo prazer de usufruir da tranquilidade do espaço e do seu conforto, acompanhadas ou não. Na segunda observação, às 15h33, havia trinta e nove pessoas: sete falavam ao celular ou manejavam *tablets*, sete estavam com *notebooks*, oito conversavam, cinco liam, duas cochilavam, cinco estavam simplesmente “fazendo nada”, olhando o espaço e o que ocorria em volta (no ambiente externo e nos ambientes adjacentes, visíveis graças à transparência das grandes vidraças do ambiente), e três crianças brincavam sobre o vidro de cobertura da piscina. Outro exemplo aparentemente isolado, mas neste caso deve-se observar que as unidades do Sesc de São contam com áreas de convivência como uma das suas

principais instalações.

Observações da realidade que ilustram como o lazer é multifacetado, compreende muitos interesses, variadas atitudes, inúmeras práticas e preferências, que se refletem na concepção e no desenho dos seus espaços. **Os cenários para o lazer.**

O grande cenário do lazer é a cidade. Neste ano de 2017, dois locais importantes na tessitura urbana de São Paulo (capital), a Avenida Paulista e o centro tradicional da cidade, receberam novos equipamentos culturais e de lazer, a Japan House e o Instituto Moreira Salles na primeira e o Sesc 24 de Maio no segundo. Este último foi implantado no antigo prédio da Loja Mesbla (fechada em 1999), na rua do mesmo nome, próximo ao Teatro Municipal. Em ambos os casos, várias análises divulgadas pela mídia indicaram um movimento de revalorização do espaço urbano, apontando para uma possível transformação qualitativa e atendendo a demandas sociais da população da grande metrópole. Consta-se que a Avenida Paulista, onde já funcionam o Museu de Arte de São Paulo (MASP), a Casa das Rosas, a Reserva Cultural (complexo de teatro, cinemas e cafés no Edifício Gazeta, da Fundação Casper Líbero), o Conjunto Nacional (livraria Cultura, cinemas, galerias de arte, cafés) tem confirmada a sua vocação de eixo cultural, e pode ser caracterizada como uma avenida de lazer, pelos equipamentos que possui atualmente, mais o previsto para breve (uma unidade do Sesc São Paulo, no número 119 da avenida), e pelo fechamento à circulação de veículos e liberação total para as pessoas, aos domingos; e o centro antigo da cidade pode retomar parte de sua atratividade perdida com o surgimento de outras áreas centrais na cidade.

Charles-Edouard Jeanneret-Gris, mais conhecido como Le Corbusier, no documento que influenciou fortemente o Urbanismo Racionalista (também denominado Urbanismo Funcionalista), “A Carta de Atenas”, elaborada no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado em 1933 naquela cidade, delineou as quatro funções da cidade: Habitação, Trabalho, Circulação e Lazer. Aparentemente, essas funções mereceriam áreas específicas no tecido urbano; o que não corresponderia à realidade, visto que todas são exercidas de modo articulado, combinado, associado, entrelaçado, concomitante e interdependente. As mesmas vias e meios de circulação que levam para o trabalho e para a escola conduzem ao lazer. Dentro e em torno dos núcleos habitados estão disseminados os espaços de lazer. Como mais um exemplo, pode-se registrar que o Sesc (Serviço Social do Comércio) planejou, na década de 70 do século passado, sua rede futura de equipamentos de lazer, estudando previamente o Plano Diretor do Metrô, e escolhendo os terrenos para os seus centros de atividades nos eixos das linhas do sistema metroviário local. Quem tiver a curiosidade de olhar no mapa da cidade de São Paulo as linhas do Metrô e as localizações dos equipamentos de lazer do Sesc poderá confirmar essa observação. Estrutura de lazer para a cidade ou cidade estruturada para o lazer?

A cidade, este fenômeno sociocultural, sociogeográfico e socioeconômico multimilenar, que teve o seu início nas primeiras civilizações organizadas (ainda hoje arqueólogos e historiadores discutem qual teria sido o primeiro núcleo humano a merecer a denominação de cidade; por enquanto, são apontadas Eridu e Uruk, na Mesopotâmia, ambas criadas no quarto milênio anterior à era cristã), é o *locus* do lazer (que se aceite a redundância). Grande parte

dos seus espaços é utilizada para o lazer da população, mesmo quando não seja essa sua finalidade original – ruas, praças, esquinas, terrenos baldios, margens de rios ou lagos – e algumas experiências modernas já transformam viadutos em locais recreativos, como em Nova Iorque e em São Paulo. Para os adeptos da *flânerie* (ato de flunar, passear, caminhar sem destino definido), Paris é uma cidade do lazer; por permitir longas caminhadas por suas regiões e bairros, com a possibilidade de ver e visitar os excelentes equipamentos que possui distribuídos por sua estrutura urbana. Há décadas, ciclovias são implantadas no meio urbano, e tornam-se artérias para o lazer da população, em muitos lugares. Logradouros públicos são transformados em áreas de lazer, como a Avenida Paulista, citada acima, durante um dia, ou permanentemente, como as conhecidas Las Ramblas de Barcelona.

Todavia, a qualidade, a distribuição espacial no tecido urbano, a acessibilidade universal (acesso para todas as pessoas, sem restrições sociais ou obstáculos físicos de qualquer ordem), as formas de controle e de gestão dos espaços de lazer ainda são objeto de críticas no Brasil, por não serem consideradas satisfatórias ou adequadas para promover o desenvolvimento social ou melhorar a qualidade de vida da população.

Para justificar tal ponderação, pode-se citar as análises dos pesquisadores Mirleide Chaar Bahia e Silvio Lima Figueiredo. Com um enfoque crítico bem fundamentado, discutem as dificuldades características das cidades brasileiras para a democratização dos espaços públicos no seu uso para o lazer de toda a população. E observam (2017, p. 144):

Entretanto, o espaço público, cada vez mais, vem perdendo seu uso múltiplo/funcional, deixando de ser local de encontro, de prazer, de festa, de circo, de espetáculo. Esse fato contribui para o “enclausuramento” das pessoas que, por não terem opções de lazer nos logradouros públicos, em espaços e em equipamentos destinados a essa prática, acabam gastando seu tempo disponível em ambiente doméstico. Mas esse processo de “enclausuramento” não se reduz apenas à falta de espaços públicos para o lazer, à dificuldade de acesso a essas áreas, à falta de políticas de lazer para os espaços e equipamentos, à falta de divulgação desses espaços, à violência das cidades. Tudo isso também contribui para que a população tenha espaços restritos de lazer. (BAHIA; FIGUEIREDO, 2016, p.144).

Renato Antônio Quadros de Souza Requixa é considerado um dos principais pioneiros nos estudos do lazer no Brasil, e possivelmente o que mais influência exerceu, por sua atuação em importantes cargos executivos no Sesc de São Paulo e por várias de suas iniciativas e empreendimentos. O que não se sabe, ou foi esquecido, é que teve o mesmo papel de pioneirismo em discutir a cidade e o lazer, o lazer e a cidade, em sua obra “Sugestão de diretrizes para uma Política Nacional de lazer”, publicada em 1980. Outro fato muito pouco conhecido é que, no final de década de 70 (mais exatamente entre 1979 e 1980), o Sesc de São Paulo, sob a sua direção, elaborou um completo projeto de ocupação pelo lazer da mesma Avenida Paulista, para os domingos, com estrutura de animação sociocultural bem preparada e bem fundamentada, mas a Administração Municipal da época recusou terminantemente a proposta, que somente foi retomada mais de trinta anos depois, como visto.

Escrevia sucintamente Requixa (1980, p. 69), em palavras ainda atuais:

E hoje, quando o lazer se configura como um fenômeno social definido e se incorpora, enquanto valor, nas aspirações de toda a sociedade, acentuam-se as contradições entre a ocupação utilitária do espaço – que a continuidade do desenvolvimento econômico exige – e sua preservação ou transformação em espaços de lazer – que a melhoria de vida impõe com igual ênfase.

Dois indicadores do sucesso de uma civilização do século 21, que será essencialmente urbana (realidade atual em muitos países, e no futuro imediato nos demais), são exatamente a possibilidade de acesso e uso pela população dos espaços das cidades para o lazer, e a qualidade intrínseca dessas mesmas áreas, suficiente e necessária para a sua utilização em segurança e tranquilidade (para usar uma expressão de Requiza, em referência na sequência deste texto). Qualquer dúvida a respeito pode ser dissipada percorrendo-se os jardins das Tulherias (do ano de 1664, desenhado pelo grande arquiteto e paisagista André Le Nôtre) ainda em Paris. Ou o calçadão da praia do Rio de Janeiro. Ou o de Fortaleza.

Em muitas cidades do mundo, processos de recuperação ou de incentivo do uso e da apropriação dos espaços urbanos têm centralizado as suas ações na implantação de equipamentos de lazer multi-modalidades e multi-funcionais, que combinam e conjugam diversos fatores de atratividade, entre os quais as qualidades ou características dos respectivos projetos arquitetônicos. Uma das críticas recorrentes é concernente à sua distribuição espacial, pois muitas vezes são contempladas as áreas centrais da cidade em detrimento das demais regiões; também algumas cidades mais importantes concentram muitos equipamentos, enquanto cidades de menor porte ou de menor potencial econômico têm poucos locais dessa modalidade. Uma das críticas é que sua implantação segue a lógica dos mercados, e não as lógicas do desenvolvimento social, da acessibilidade universal e da democratização do lazer (lazer para todos). E o território da cidade é disputado pelo seu valor econômico, dentro do espírito capitalista, um dos pontos de vista muito bem fundamentados nas conhecidas obras de um dos maiores estudiosos mundiais do assunto, Henry Lefebvre, “Le droit à la ville” (1968) e “La production de l’espace” (1974), pensador e autor da “Teoria da produção do espaço”.

Atualmente, pode-se considerar com segurança que os estudos sobre as intervenções nos ambientes urbanos estão bem desenvolvidos no Brasil, com a contribuição de vários campos do conhecimento – antropologia (com destaque para o professor José Guilherme Cantor Magnani e seu grupo de estudo NAU), urbanismo e arquitetura, geografia (um dos maiores estudiosos do assunto foi o grande professor Milton Santos, geógrafo), sociologia, e ecologia - com várias correntes de opinião promovendo um debate necessário, considerando que afetam direta e indiretamente a população a médio e longo prazo. Em comparação, o tema “equipamentos de lazer” ainda não foi totalmente incorporado nas análises e nos estudos, embora seja possível identificar algumas publicações em livros, capítulos e trabalhos apresentados em eventos como os já citados Bahia e Figueiredo (2016, 2017) e Pina (2014, 2017), além de Ribeiro, autor de uma excelente obra sobre planejamento de instalações (2011).

Os Equipamentos de Lazer: origem, conceitos e classificação

Utilizou-se a expressão **equipamentos de lazer** neste texto, sem explicar até então qual o entendimento da mesma nem apresentar conceitos. A própria expressão "equipamentos" é ambígua, podendo se referir também aos equipamentos que são usados direta ou indiretamente em atividades de lazer, como os sistemas de áudio e de vídeo. Quando nos referimos ao termo, estamos considerando um conjunto de instalações associadas, destinadas às práticas e aos serviços de lazer, especialmente distribuídas conforme um projeto arquitetônico em um determinado ambiente ou espaço social e geográfico escolhido dentro de um território.

Os equipamentos de lazer são uma criação totalmente difusa, surgiram à medida que arquitetos elaboravam projetos para atender às solicitações de governos e de empreendedores, ou foram pensados pelos próprios empreendedores ou lideranças, públicos e privados, ao desenvolver uma proposta que pudesse dar significado concreto a uma ideia. Como os museus do Vaticano, mantidos pela Igreja Católica, e criados pelo papa Júlio II, em 1506, naquela mesma cidade.

Basicamente, sua invenção vem da Antiguidade Clássica – os teatros e anfiteatros gregos, as termas romanas, os campos esportivos da Grécia antiga. E foram os romanos que idealizaram e edificaram originalmente refinados conjuntos de instalações, contendo vários dos princípios funcionais dos complexos de lazer que hoje são construídos por toda parte, constatação possível ao se visitar o Coliseu ou as termas de Caracala, em Roma.

Um exemplo que corrobora tal afirmação é oferecido pelo número 538 do excelente magazine espanhol *Historia y Vida*, no qual consta como matéria principal um dossiê intitulado "Los constructores del Imperio: ingenheiros romanos", e um dos temas tratados foi justamente o das conhecidas termas romanas. Sob o subtítulo "Ocio em remojo", em tradução livre "ócio de molho", ou "lazer de molho", o texto resume "o advento das famosas termas romanas", como segue igualmente em tradução livre do autor (PARRA, 2014, p. 40):

As termas são um dos grandes êxitos técnicos dos romanos. Sem embargo, não se generalizou seu uso até o século I a. C.; graças ao invento de um engenheiro. O personagem, Cayo Sergio Orata, era um empreendedor que desenhou um sistema com o qual aquecer as dependências das termas: o *hipocausto*. Pelo menos é isso que sustenta Vitruvio². Basicamente, as termas constavam de um *caldarium* (sala do banho quente), um *tepidarium* (temperado) e um *frigidarium* (frio), aos quais, nos estabelecimentos maiores, se uniam uma sauna, uma sala de massagens, um ginásio, uma piscina ao ar livre, uma zona para tomar sol, uma sala para esfregar-se a pele e, por suposto, um vestiário. Ademais, podiam encontrar-se salas de reuniões, bibliotecas, lojas...

Graças a esse invento, que utilizava inteligentemente a circulação de ar aquecido por fornos, as termas tornaram-se viáveis em custo e em sistemas de funcionamento, e passaram a fazer parte do cotidiano da população de Roma e posteriormente de grande parte do Império.

² Vitruvio: *Marcus Vitruvius Pollio*, arquiteto romano do século I a. C., autor de uma obra monumental, "A Arquitetura", em dez volumes, fundamental para o desenvolvimento da Arquitetura Clássica (nota do autor).

Como completa a mesma matéria: “O invento teve uma difusão muito ampla. Desde esse momento, toda população de certo tamanho contou com, ao menos, com alguns banhos públicos”. (PARRA, 2014, p.40) Tinham dupla função: de higiene e limpeza e para o ócio dos cidadãos. Foi o equipamento de lazer mais disseminado daquela importante civilização de nossa história comum, juntamente com os teatros e anfiteatros de origem grega, complementados pelos circos e arenas (antecessoras das modernas Arenas de Espetáculos).

Conforme já observado, seguiram e implantaram os antigos romanos princípios que podem ser considerados atuais, e que naquela época eram avançados, como: combinação de instalações com finalidades diferenciadas, formando um complexo multifuncional; acessos bem desenhados e bem pensados, permitindo uma circulação confortável do público e um escoamento fácil dos fluxos de espectadores, e servindo ainda como áreas para exposição de obras de arte; infraestrutura de apoio possibilitando a colocação e a retirada rápidas dos materiais de uso; visão ampla da plateia relativamente aos espaços de apresentações; acústica de primeira qualidade; ambientação dos locais com elementos decorativos e artísticos. Pode-se perguntar ainda hoje: **quantos dos nossos equipamentos de lazer existentes na atualidade seguem esses princípios práticos e funcionais?**

Esses equipamentos e esses conceitos foram implantados pela civilização romana por todas as regiões do seu antigo império. Como por exemplo na cidade de Mérida, Espanha, na qual os turistas de nosso século visitam um local restaurado e conservado pelo patrimônio histórico daquele país, onde se destaca um teatro – com plena visibilidade do palco em qualquer ponto da plateia e com uma acústica perfeita, e de acesso fácil e muito bem pensado, que desde 1933 é cenário para um Festival de Teatro Clássico (informações obtidas em visita do autor ao local)

Como visto anteriormente, na Era Moderna, com o desenvolvimento dos meios de produção da civilização industrial e tecnológica, as sociedades humanas pensaram, criaram, planejaram e construíram uma série variada de equipamentos de lazer, muitos dos quais são significativos e importantes nas principais cidades do mundo, sendo referências em muitos casos para as suas respectivas cidades. Os exemplos são inumeráveis, mas pode-se citar o Museu do Louvre em Paris, cujas sucessivas reformas, ampliações e renovações o transformaram em equipamento multifuncional e com instalações de suporte e apoio de qualidade.

O Equipamento de Lazer foi conceituado pela primeira vez por Coronio e Muret, dois urbanistas franceses do Centre de Recherche d’Urbanisme, criado em 1962 em Paris.

[...] é necessário precisar claramente aquilo que se entende quando se aborda a noção de **equipamento**. Trata-se primeiramente de um elemento material, os equipamentos se traduzindo fisicamente por um certo número de locais e de instalações construídas (um cinema, um ginásio) ou de espaços arranjados (um estádio, um parque urbano) ou até mais ou menos deixados em estado natural (uma floresta com área de passeio). Mas não se trata apenas disso. Encontra-se, com efeito, com frequência, e intimamente associado a esse aspecto material, um elemento humano muito importante, se bem que numa primeira abordagem sua presença não se impõe com a mesma força que o quadro físico que o abriga e seja desse fato mais difícil a descobrir e a perceber. Esse elemento, representado por uma instituição, um serviço, uma equipe, um órgão ou mesmo uma associação informal, será em

numerosos casos a alma do equipamento. (CORONIO; MURET, 1976, p. 17-18).

Robert Soubrier, professor e pesquisador da Université du Québec à Trois-Rivières, Canadá, define equipamento de lazer como “equipamento implantado em função da prática de uma ou de muitas atividades de lazer” (SOUBRIER, 2000, p. 130), e como “toda instalação que permite a realização de atividades habitualmente consideradas como sendo desse tipo pela população em geral, mesmo se essa instalação é concebida em prioridade para uma ou para muitas outras finalidades” (2000, p. 61).

Os mesmos Coronio e Muret propõem outros conceitos complementares para os **Equipamentos de Lazer**, como **polivalência** e **banalização**.

Equipamento polivalente é “aquele onde muitos tipos de atividades podem ser praticadas simultânea ou sucessivamente” (CORONIO; MURET, 1976, p. 30).

A polivalência pode resultar da receptividade do equipamento para acolher atividades diversificadas, pelo fato mesmo das características funcionais de suas instalações e de sua flexibilidade de adaptação às exigências de práticas sucessivas (CORONIO e MURET, 1976, p. 30).

E **banalização** “de uma instalação consiste em colocar um mesmo local ou um mesmo espaço à disposição de diversas categorias de usuários que o utilizam em momentos diferentes” (CORONIO; MURET, 1976, p. 28). Que acrescentam:

Ela contribui para assegurar um melhor emprego do equipamento, e, inicialmente, para aumentar a eficácia do investimento. Ela concorre além disso para dar ao equipamento um caráter mais vivo e mais animado – e, portanto, mais atrativo – permitindo assegurar uma atividade permanente graças à complementaridade das diversas instalações. (CORONIO; MURET, 1976, p. 28)

Machado Neto amplia a noção de polivalência, dividindo-a em “polivalência cultural, representada pela diversificação das atividades”, e de “polivalência social, representada pela diversificação de públicos” (1996, p. 100).

Finalmente, Pina (2014, p. 78) propõe um conceito operacional:

Considera-se equipamento de lazer o conjunto de instalações físicas planejado, desenhado e construído para atividades esportivas, recreativas, associativas e artísticas, nas mais diferentes modalidades, a serem oferecidas ao público frequentador conforme sua composição e seus recursos operacionais.

Requixa é autor ainda de uma classificação dos equipamentos (1980, p. 76-83), igualmente pioneira no Brasil, dividindo-os em dois grupos, “**específicos e não-específicos**”. Os equipamentos específicos, “construídos especialmente para o lazer, são divididos em microequipamentos, equipamentos médios e macroequipamentos”.

Os microequipamentos (1980, p. 77) “caracterizam-se, como se depreende, por oferecer atividades específicas, dirigidas a um público de interesses bem definidos”. Não exigindo grandes áreas para sua implantação, “os espaços propostos são equipamentos que se devem transformar em estímulo ao lazer criativo, à convivência social, ao desenvolvimento

simultâneo de criatividade e da sociabilidade” (*idem*).

Quanto aos equipamentos de dimensão média, considera o autor:

Sua construção é especialmente destinada a abrigar atividades de lazer, voltadas ao atendimento de maiores parcelas da população. Constituem complexos que abrangem instalações para atender aos diferentes interesses no lazer (físicos, manuais, artísticos, intelectuais e sociais). Permitem ao indivíduo despertar para outros interesses que não os específicos. É o caso de equipamentos que dispõem de cinema, teatro, piscina, quadras de esporte, salas para cursos, áreas de criatividade, etc. Estes equipamentos são de criação e implantação mais difícil. Exigem áreas maiores, projetos arquitetônicos especializados, e instalações adequadas. (REQUIXA, 1980, p. 77-78)

Os equipamentos de porte micro e médio são frequentados durante a semana inteira. Já os macroequipamentos são frequentados preferencialmente nos finais de semana. Segundo Requiça, sua implantação exige maiores recursos e processos mais elaborados (1980, p. 78):

Visto que suas dimensões e instalações exigem grandes áreas, reduz-se o seu número; por essa razão, devem ser distribuídos racionalmente nos espaços urbanos, isto é, devem ser colocados em pontos estratégicos, de sorte a facilitar o acesso à população.

Requiça acrescenta ainda os equipamentos de turismo social, destinados às férias, sempre com o enfoque social, no caso – equipamentos para atender às pessoas de poucos recursos. E finaliza:

Para complementar o que foi exposto, é oportuno aduzir que entre os equipamentos específicos estão aqueles mais convencionais, geridos pelo poder público ou pela iniciativa privada. Os equipamentos específicos, mantidos pelo poder público, são constituídos pelos parques e jardins, pelos centros culturais e desportivos, pelas bibliotecas, museus, teatros, etc. Os equipamentos oriundos da iniciativa privada são, de um lado, os teatros, os cinemas, as discotecas, os clubes, e de outro, as associações de classe, as entidades de bairro e congêneres, as quais, mesmo sem fins lucrativos, são mantidas para a utilização de suas próprias clientelas. (REQUIXA, 1980, p. 78-79).

Quanto ao outro grande grupo de equipamentos, explica o mesmo autor (1980, p. 80):

Os equipamentos não específicos são aqueles que, na sua origem, não foram construídos para a prática das atividades de lazer. Posteriormente, porém, têm sua destinação específica alterada, de forma parcial ou total, criando-se espaços para aquelas atividades. Em outras palavras, são os valores emergentes do lazer, que, determinando-lhe uma expansão crescente, vão fazendo penetrar nos outros espaços sociais, sua prática rotineira. Creemos que, hoje, os espaços urbanos devam ser aproveitados, de modo a se tornarem polivalentes. Obtém-se, desse modo, substancial economia nos investimentos de lazer, pela rentabilidade acrescida de que passa dispor o equipamento. Podemos comprovar que essa polivalência já é uma realidade, graças ao aproveitamento secundário dos espaços destinados ao trabalho, à educação formal, à vida religiosa, às atividades cívico-administrativas do poder público. Sob esse aspecto distinguem-se, ainda, os próprios espaços viários, o espaço doméstico e os bares e restaurantes.

Renato Requiça observa, em conclusão, que:

Os espaços destinados à educação formal, de primeiro, segundo e terceiro grau, também se ampliam, na medida em que os equipamentos de lazer, de que dispõem, possam, em

momentos de ociosidade, serem utilizados pela comunidade; ou ainda, quando os espaços exclusivos de educação formal (salas de aula, por exemplo) são colocados à disposição da comunidade, para práticas de lazer (*idem*, p. 80).

Se hoje discutimos e analisamos, com uma abordagem crítica mais rigorosa ou mais condescendente, conforme o ponto de vista de cada um, a vocação para o lazer dos espaços da cidade, a obra em referência se antecipa, há quase quatro décadas atrás, defendendo as formas de uso pela população das áreas urbanas, com uma visão otimista.

Os espaços viários – ruas e praças – já vêm constituindo recursos para o lazer, e com amplo sucesso, nas comunidades onde tal iniciativa já foi adotada. Realmente, a diversidade física e visual, os contatos casuais, a combinação feliz do efêmero e do permanente, tudo isso faz das ruas um local convidativo à desconstrução e ao fruir. Na verdade, não se pode esquecer que as ruas configuram o grande espetáculo das cidades; por elas, desfila toda uma humanidade, em sua variedade física e comportamental. Daí, a necessidade de se estabelecerem critérios que ordenem a sua composição; seja para aquelas de características definidas – residenciais, comerciais, etc., seja para aquelas de características variadas, que ensejem, num clima de conforto e tranquilidade, alternativas para os usuários – descanso e fruição do ambiente, utilização de serviços de lazer, como os de bares, de cinemas, de teatros, etc. (REQUIXA, 1980, p.81).

É interessante observar que, enquanto Renato Requixa escrevia essas palavras, o Sesc de São Paulo planejava e desenvolvia a reforma e transformação de uma antiga fábrica no atual Sesc Pompéia, cujas instalações se distribuem em torno de uma rua interna, mas conectada com a rua externa, a Rua Clélia. Reproduz, no seu desenho geral, o espaço urbano, uma rua permanentemente percorrida por seus usuários, que é também ponto de encontro, ponto de referência, espaço de convivência pessoal. As instalações de lazer, em torno de uma rua de lazer, sugerem uma ressignificação do espaço urbano.

Repetimos que o lazer do século 21 será, portanto, essencialmente urbano. Inclusive com um paradoxo: os equipamentos de lazer nas regiões não urbanas – as áreas de conservação, principalmente os parques, estaduais e nacionais, em muitos casos distantes dos núcleos habitados, poderiam conduzir à negação desta assertiva. Porém, são utilizados e frequentados pelos moradores das cidades, que assumem os custos e o tempo de deslocamento, e até mesmo situações de desconforto, para visitá-los. Um exemplo interessante bem conhecido no Brasil é o Inhotim, em Minas Gerais, um grande complexo de exposição de artes dentro de um enorme parque, localizado a 57,3 km de Belo Horizonte e a 4,4 km da cidade de Brumadinho, município ao qual pertence. Agências de turismo em muitas outras cidades organizam excursões e visitas ao Inhotim, que foi sendo gradativamente equipado com outras instalações de atendimento e de apoio para melhorar a qualidade da recepção aos visitantes.

E são os gostos, as preferências, os interesses, as atitudes, as exigências dos habitantes das cidades que vão conformando e formatando essas outras modalidades de equipamentos de lazer. Os *resorts* de praia e de outras regiões hoje são obrigados a se dotar de Wi-Fi, sendo esse um dos primeiros questionamentos que os seus clientes fazem quando contratam a sua hospedagem. É uma das primeiras perguntas que os hóspedes fazem quando

do *check-in* nas recepções desses hotéis de lazer.

Não pode ser esquecido um equipamento de lazer muito especial, generosamente oferecido pela Natureza, e plenamente democrático, mesmo que algumas iniciativas queiram produzir formas de ocupação limitadas e/ou exclusivas: as praias. Por essas e outras características, são os nossos melhores equipamentos de lazer, com a vantagem de não terem exigido todo o processo de planejamento, projeto e construção. Os eventos geológicos e geomorfológicos do passado terrestre se encarregaram disso. Mais uma razão para que fossem muito bem cuidadas e muito bem conservadas, o que muitas vezes não ocorre.

Abordadas sucintamente as questões conceituais e de classificação, deve-se ressaltar em seguida a necessidade do planejamento, do bom e adequado planejamento dos equipamentos de lazer. Pina (2014) e Ribeiro (2011) defendem e justificam a sua necessidade e propõem processos semelhantes, o que coloca o Brasil em nível comparável ao Canadá, por exemplo, onde somente uma obra desse tipo foi publicada (de Robert Soubrier, já citado). Nos Estados Unidos existe uma literatura muito mais ampla, também referenciada e explicada no livro de Ribeiro, o qual, neste dossiê, apresenta a sua proposta de processo de planejamento. O que conduz a sugerir uma metodologia prévia a esse processo, como embasamento formal e técnico para a realização desse trabalho, de pensar, planificar, desenhar e construir.

As percepções do espaço, como base para pensar os Equipamentos de Lazer

Quando os usuários e/ou frequentadores se envolvem nas atividades nos Equipamentos de Lazer, vão além da participação; também podem ter estimuladas diversas formas de percepção, que lhes deixam referências temporárias ou permanentes sobre os espaços e ambientes que utilizaram e onde vivenciaram variadas experiências.

Jun Okamoto apresenta o tema, identificando valores objetivos e subjetivos da percepção:

Construímos o meio ambiente utilizando valores objetivos como forma, função, cor, textura, aeração, temperatura ambiental, iluminação, sonoridade, significante e simbologia. Cada um desses valores objetivos resulta no espaço dimensional, funcional, sonoro, colorido, significante, e a somatória deles resulta no espaço da comunicação e da arquitetura (OKAMOTO, 2002, p. 105-106)

Os valores subjetivos são os seguintes (*idem*, p. 107):

- Sentido perceptivo: os cinco sentidos, visão, audição, paladar, tato, olfato.
- Sentido espacial: movimento cinestésico.
- Sentido proxêmico: pessoal, territorial, privado.

- Sentido pensamento: abdução (símbolo, mito, metáfora, alegoria, arte, estética, poesia, religião, enredo, etc.).
- Sentido da linguagem: linguagem não-verbal (linguagem corporal).
- Sentido do prazer: princípio afetivo.

Valores objetivos e subjetivos da percepção podem ser transformadores, em qualquer espaço da vivência humana, o que não pode ser esquecido ou negligenciado nos Equipamentos de Lazer. “Após a percepção, temos a consciência, quando o Eu (desejo, anseio, vontade ou necessidade a ser atendida) participa da tomada de decisão sobre o comportamento” (OKAMOTO, 2002, p. 107).

Referindo-se às várias conformações assumidas pelos espaços, Okamoto pondera (2002, p. 149-150):

Além de sequencial e contínuo, o espaço é texturado, proporcionado, trabalhado para conter todos os estímulos que tocam os nossos sentidos, possibilitando a leitura do espaço simbólico, cujo significado orienta nossas atividades e dá sentido à vivência social. A criação do espaço arquitetônico é a criação do espaço vivencial, tanto para o indivíduo quanto para o meio social, onde está em permanente deslocamento de uma atividade para outra. Para criá-lo, utilizam-se os sentidos perceptivos, os sistemas visual, auditivo, tátil, cinestésico. Mas, além do espaço perceptivo e do movimento, existe a dimensão do espaço simbólico pleno de proposições e juízos de valor, criado pelo homem, no qual vive deslocando-se de um lado para outro. É sentir o espaço, é pensar o espaço, é mover-se no espaço, é vivenciar o espaço.

Ao acolher as pessoas, qualquer que seja a função para a qual foi desenhado e construído, o espaço pode ter duas tendências de movimentos diferentes:

O espaço **sociopeto** é aquele em que ocorrem menos saídas: a sala tem a abertura pequena, o que não possibilita muita influência da atração dos usuários para o exterior, retraindo mais pessoas no local, devido à disposição de assentos e bancos. Tal fenômeno comportamental ocorre também quando um grupo de pessoas dispõe-se em formato de U ou O ou em quadrado (OKAMOTO, 2002, p. 158).

Este é o primeiro movimento, atrair, depois reter, receber e ser agradável, estimular a permanência. O segundo movimento tem a tendência oposta (*idem*, p. 158): “Foram denominados de espaços **sociofugos** aqueles ambientes com grande abertura, onde a intensa circulação das pessoas atrai para fora ou o tipo de disposição de assentos impede a permanência e comunicação de pessoas”.

Okamoto (2002) relaciona novamente movimento e espaço, reafirmando um princípio a ser contemplado no desenho dos ambientes, e que podemos apresentar como relevante para os Equipamentos de Lazer:

Movimentar-se é uma necessidade vital para o homem; movimentar-se é para o ser humano uma ação intencional, efetivada dentro do princípio da eficiência, conforto, desembaraço que nos oferece a sensação de bem-estar físico e de prazer. A fim de que haja espaço para as funções cinestésicas livres e descontraídas, é necessário um espaço mínimo de movimentação, não só à esquerda ou à direita, acima e abaixo, mas também em torno do objeto e da pessoa. A esse espaço mínimo em torno dos objetos ou ao uso dos equipamentos para realizar as atividades necessárias de maneira descontraída, fluente e confortável denominamos *espaço cinestésico*, pois é onde atua o sentido de cinestesia. A não-previsão do espaço cinestésico, ao se projetar e dimensionar os espaços em torno dos objetos e equipamentos, pode ocasionar restrições aos movimentos do indivíduo, que podem se tornar cansativos e desgastantes. Percorrer um espaço com tranquilidade e de forma automática e inconsciente passa a ser um ato agradável (*idem*, p. 160-161).

Requiza valoriza o potencial e ressalta as possibilidades dos espaços vazios para o lazer. Suas ideias encontram correspondência e suporte nas explicações de Okamoto (2002, p. 161):

O **espaço vazio** é pleno de vida. É no vazio que atuamos. No entanto, o vazio não é imaterial e desprovido de significação. Pelo contrário, é cheio de significado e possui grande valor, na medida em que é nesse vazio que se vive. Não é de se estranhar que essa primeira interpretação do vazio seja o resultado dos conceitos da visão mecanicista que prevalece no mundo ocidental: uma interpretação física, um simples espaço dimensionado a ser preenchido pela atividade humana.

Os Equipamentos de Lazer são conjuntos complexos de áreas combinadas e estruturadas, previstas para receber uma programação de atividades e de eventos. Não devem ser locais de passagem ou simplesmente objetos de visitas rápidas e ocasionais, mas devem atrair e manter a atenção e os interesses das pessoas, o que remete à conhecida elaboração conceitual de Marc Augé (1994), que trata de uma característica de oposição entre os espaços da vida humana.

Lugar e não-lugar

Augé (1994) inicia suas ponderações sobre o lugar recorrendo à antropologia, definindo o que considera **lugar**:

Reservamos o termo “lugar antropológico” àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja. É porque toda antropologia é antropologia da antropologia dos outros, além disso, que o lugar, o lugar antropológico, é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa (p. 51).

Fornece o autor alguns elementos para identificar o que é lugar: “Esses lugares têm pelo menos três características comuns. Eles se pretendem (pretendem-nos) identitários, relacionais e históricos” (*idem*, p. 52). Neles se cruzam e se combinam “temática individual e temática coletiva” (1994, p. 60).

E expõe uma nova categoria para pensar o espaço individual e coletivo da sociedade:

Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar. A hipótese aqui defendida é a de que a supermodernidade é produtora de não-lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos e que, contrariamente à modernidade baudelairiana, não integram os lugares antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a “lugares de memória”, ocupam um lugar circunscrito e específico (AUGÉ, 1994, p. 73).

Presentes em todo o tecido urbano, nos trajetos do cotidiano e nas atividades próprias da existência humana, visualizados, atravessados, ocupados ocasional ou permanentemente, recebendo os seres vivos e expondo significados, essas duas polaridades espaciais são, segundo o autor, características claramente identificáveis da nossa época.

O lugar e o não-lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente – palimpsestos em que se reinscreve, sem cessar, o jogo embaralhado da identidade e da relação. Os não-lugares, contudo, são a medida da época; medida quantificável e que se poderia tomar somando, mediante algumas conversões entre superfície, volume e distância, as vias aéreas, ferroviárias e os domicílios móveis considerados “meios de transporte” (aviões, trens, ônibus), os aeroportos, as estações e as estações aeroespaciais, as grandes cadeias de hotéis, os parques de lazer, e as grandes superfícies de distribuição, a meada complexa, enfim, redes a cabo ou sem fio, que mobilizam o espaço extraterrestre para uma comunicação tão estranha que muitas vezes só põe o indivíduo em contato com uma outra imagem de si mesmo (AUGÉ, 1994, p. 74).

O autor acrescenta: na realidade concreta do mundo de hoje, os lugares e os espaços, os lugares e os não-lugares misturam-se, interpenetram-se” (*idem*, p. 98). E ainda: “A frequência dos não-lugares, hoje, é a oportunidade de uma experiência sem verdadeiro precedente histórico de individualidade solitária e de mediação não-humana (basta um cartaz ou uma tela) entre o indivíduo e o poder público” (AUGÉ, 1994, p. 108). E o não-lugar seria uma condição expressa da pós-modernidade: “em suas modalidades modestas, como em suas expressões luxuosas, a experiência do não-lugar (indissociável de uma percepção mais ou menos clara da aceleração da história e da redução do planeta) é hoje um componente essencial de toda existência social” (1994, p. 109).

Completando o texto, em função das referências citadas, são apresentadas, no item seguinte, recomendações e sugestões para a implantação dos Equipamentos de Lazer, adaptando e ampliando o trabalho de Pina, Goulart e Seixas (2017, p. 185-198).

Recomendações técnicas e formais para pensar e desenhar os Equipamentos de Lazer

A. Um dos aspectos mais importantes e menos lembrados no lazer é o seu prolongamento no tempo. A experiência não se resume ao momento de sua realização ou desenvolvimento: há um período de tempo anterior no qual são criadas ou estimuladas expectativas do que vai acontecer ou do que será usufruído; e após, lembranças, reminiscências, sensações várias ainda serão experimentadas. Esses períodos de tempo –

antes e depois – variam conforme cada experiência ou cada atividade. Uma viagem de férias não se restringe ao seu tempo; há uma fase de preparação, que gera expectativas e sensações diversas, que pode durar meses (e em alguns casos, até anos); e no retorno, os mecanismos da memória mantêm os acontecimentos da viagem ainda por um bom tempo, sem contar nos meios de registro (fotos, vídeos, etc.). Isso se reproduz com as mais simples das experiências. E o Equipamento de Lazer deve ter áreas, espaços, ambientes, para as pessoas neles permanecerem confortavelmente antes e depois da experiência usufruída e da atividade praticada. No tempo antes da atividade, o da expectativa; e no tempo após, o da rememoração das sensações. Esse é um dos objetivos das áreas de convivência. Áreas de recepção amplas e confortáveis também são viáveis para tanto, assim como cafés e/ou lanchonetes. Não é apenas por uma necessidade fisiológica que os modernos equipamentos de lazer atuais contam sempre com cafés confortáveis e aconchegantes, muitos deles desenhados e ambientados por belos projetos arquitetônicos. Sempre para o **antes-durante-depois**.

B. Conforme as categorias de Marc Augé, os equipamentos de lazer não devem ser um não-lugar; os seus espaços não devem ser não-lugares. Devem ser identitários, relacionais e históricos. Não são meros locais de passagem ou de visitas rápidas. Devem ter referências sociais e culturais para os seus frequentadores. Enfim, devem ser **lugares**, sempre.

C. E são **locus** de integrais percepções. As sugestões seguintes reforçam essa assertiva. Seus frequentadores e/ou usuários devem encontrar estímulos – visuais, sonoros, estéticos, culturais, comportamentais – que ativem os fatores objetivos e subjetivos da percepção, enunciados e explicados por Okamoto (2002). Estes dois itens reforçam o que foi sugerido no primeiro (item **A**).

D. Os equipamentos de lazer devem ser atrativos e interessantes para quem os vê de fora, e devem estimular a atitude e a vontade de permanência, para quem está dentro. Seus espaços e instalações devem ser confortáveis e agradáveis, física, estética, sonora, visual e ambientalmente.

E. É importante que tenham transparência visual e construtiva: quem está dentro vê o entorno urbano do local onde estão situados; e quem está fora pode enxergar o que ocorre no seu interior. É exatamente o contrário das “caixas fechadas” dos modelos de shopping centers de nossa era. O autor deste texto teve a oportunidade de observar uma solução interessante, em um dos Museus do Vaticano: naquela construção multissecular, foram feitas longas aberturas laterais em algumas das paredes, instalando-se esquadrias envidraçadas, permitindo que as pessoas dentro de um ambiente visualizassem outras áreas em diferentes níveis, ampliando a sensação de profundidade e contribuindo para tornar o espaço mais atrativo e mais “animado”.

F. Não é exagero repetir e lembrar: as atividades neles propostas e oferecidas devem estar diretamente relacionadas com a cultura local: país, região, estado, cidade, bairro. A diversidade cultural é critério fundamental. Neste caso, novamente o conceito de lugar (Augé) e as percepções (Okamoto) estão presentes.

G. Todos esses fatores conduzem para a configuração do Equipamento de Lazer como

um espaço **sociopeto** (vide Okamoto), e não **sociofugo**. Não devem ser como um aeroporto, exemplo de não-lugar para Augé. No presente, a ambientação dos melhores aeroportos está sendo modificada, de modo a minimizar o seu efeito sociofugo. Uma conhecida rede de lanchonetes implantava lojas sociofugas, com cores fortes e agressivas, e poucos assentos, sempre desconfortáveis; agora, estão planejando e construindo lojas com cores suaves, assentos mais confortáveis, e atendimento ainda mais atencioso, visando justamente convertê-las para sociopetas. Os conceitos de shopping centers (outro exemplo de não-lugar) estão sendo reformulados para se transformarem em centros de entretenimento, e também para se tornarem lugares sociopetos. A crítica neste sentido é que as alterações podem melhorar essas tendências, mas existem melhores exemplos de espaços sociopetos, como os cafés. E como devem ser os Equipamentos de Lazer: compostos por instalações sociopetas e que sejam identitárias, relacionais e históricas, lugares, em síntese.

H. O século 21 é decididamente a era da sustentabilidade, inclusive para projetar um futuro melhor para a civilização. O equipamento de lazer, no seu planejamento e na sua construção, deve incorporar conceitos e metodologias de sustentabilidade ambiental, bem como as normas técnicas orientadoras, por exemplo as da Série ISO 14.000.

I. Referenciando Coronio e Muret (1976), não descuidar da *anima* do equipamento. Cuidados especiais na constituição do quadro de pessoal (recursos humanos). Devem ser multi ou pluridisciplinares, e espelhar as diversidades da população local. Escolher quadros com formação e experiência adequada para suas funções, e também treiná-los e prepará-los cuidadosamente. Equilibrar a multidisciplinaridade com as especializações técnicas e funcionais. Por exemplo, ter um profissional de ioga muito bem preparado para ser “professor de ioga” (o que é válido para todas as modalidades e atribuições).

J. Os espaços de lazer devem ser sempre plenamente **acessíveis** a todos. No planejamento e na construção, seguir rigorosamente normas e conceitos de Acessibilidade Universal. No caso do Brasil, as Normas da ABNT e as legislações, nacional, estaduais e municipais.

K. Suas dimensões espaciais devem ser cuidadosamente estudadas, avaliadas e determinadas. Os espaços devem ser amplos e de pé-direito elevado. E explorar as características do **espaço vazio**. Esplanadas e praças internas descobertas, áreas livres dentro das construções, podem representar espaços vazios, onde os frequentadores vão criar suas próprias opções de lazer e de entretenimento, e ampliar a arte da convivência. Um bom exemplo é a praça interna do Museu Maxxi (Museu do século XXI, inaugurado em 1999), em Roma, projeto da renomada arquiteta iraquiana Zaha Hadid. Parte da parede frontal da construção é coberta por um imenso espelho, que reflete os arredores e os componentes da cidade – prédios, casas, árvores, ruas, veículos -, criando novos visuais para os que estão descansando, conversando, lendo ou em contemplação ociosa naquele espaço vazio da praça.

L. Seus espaços devem incorporar critérios de uso de iluminação e ventilação naturais.

M. Diversificar ao máximo a programação das atividades oferecidas, quanto às modalidades, aos públicos, às preferências da população. Devem oferecer experiências de

lazer para todos, sem privilegiar algum público específico.

N. Fundamental prever as estruturas, recursos e metodologias de gestão. O Equipamento de Lazer é composto basicamente por quatro setores: **Administração, Programação, Manutenção e Comunicação**. Não deve ser menosprezado um fator da realidade: são caros para construir e caros para manter em funcionamento. Sua gestão deve ser muito bem preparada e exercida com competência.

O. Todos os processos de planejamento, desenho, construção, operação e gestão devem ser realizados sempre de acordo com a premissa de sua apropriação pelo público frequentador/usuário. Este deve sentir, perceber, constatar, do nível da percepção para o da consciência, que os espaços são para o livre e integral usufruto do seu lazer.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 1. ed. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papyrus, 1994. 111 p.

BAHIA, M.C., e FIGUEIREDO, S.L. (orgs.). **Planejamento e gestão pública do turismo e do lazer**. 1. ed. Belém: NAEA, 2017. 445 p.

_____. O Direito à Cidade: reflexões sobre Espaço Público e Lazer. In: AZEVEDO, P.H., e BRAMANTE, A.C. **Gestão Estratégica das Experiências de Lazer**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017. p. 135-150.

CORONIO, G.; MURET, J.P. **Loisirs**: guide pratique des équipements. 1. ed. Paris: Centre de Recherche d'Urbanisme, 1976. 713 p.

LE CORBUSIER. **Planejamento Urbano**. 1. ed. Tradução de Plínio Martins Filho. São Paulo: Perspectiva, 1984. 205 p.

_____. **A Carta de Atenas**. 1. ed. Tradução de Rebeca Scherer. São Paulo: Hucitec/Universidade de São Paulo, 1989. 87 p.

LEFEBVRE, H. **Le Droit à la Ville**. 2. ed. Paris: Anthropos, 1968. 281 p.

_____. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000. 487 p.

MACHADO NETO, O. Implantação e funcionamento do parque lúdico; uma avaliação dos novos espaços do brincar. In: MIRANDA, S. de M. (org.). **O Parque e a Arquitetura**: uma proposta lúdica. 1. ed. Campinas: Papyrus, 1996. p. 99-110.

OKAMOTO, J. **Percepção Ambiental e Comportamento**: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação. 1. ed. São Paulo: Mackenzie, 2002. 261 p.

PARRA, J.M. Ocio em remojo. **Historia y Vida**. Barcelona: Prisma Publicaciones, 2002. n.558,

set. 2014.

PINA, L.W. **Planejamento de Equipamentos de Lazer**. 1. ed. São Paulo: PerSe, 2014. 206 p.

PINA, L.W.; GOULART, L.; SEIXAS, S.C. Espaços e Equipamentos de Lazer. In: AZEVEDO, P.H., e BRAMANTE, A.C. **Gestão Estratégica das Experiências de Lazer**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017. p. 135-150.

REQUIXA, R. **Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer**. 1. ed. São Paulo: SESC, 1980. 103 p.

RIBEIRO, F. A. T. **Novos espaços para Esporte e Lazer: planejamento e gestão de instalações para esportes, educação física, atividades físicas e lazer**. 1. ed. São Paulo: Ícone, 2011. 312 p.

SOUBRIER, R. **Planification, aménagement et loisir**. 2. ed. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2000. 498 p.

Endereço para correspondência

Endereço: Avenida Diógenes Ribeiro de Lima, nº 3194 – Apto. 142, Alto da Lapa
São Paulo/SP
CEP 05083-010
Telefone: (11) 3834-3156.
Telefone celular: (11) 985278843
E-mail: lwpina@uol.com.br

Recebido em:
31/03/2017
Aprovado em:
10/04/2017